

estudos e pesquisas

nº 91 – 16/04/2020

Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do coronavírus - Covid 19 (em constante atualização)

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do coronavírus - Covid 19

Entidades sindicais laborais de todo o país estão buscando alternativas para proteger a vida e garantir os direitos dos trabalhadores durante a pandemia da Covid 19, diante das novas incertezas trazidas por essa grande crise. Ao mesmo tempo, as pautas governamentais e patronais avançam no sentido contrário - de pressionar pela redução ou exclusão de direitos conquistados, inclusive os assegurados na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em instrumentos legais firmados diretamente entre empregados e empregadores, como convenções e acordos coletivos de trabalho.

Esta edição da série Estudos e Pesquisas apresenta o resultado de um primeiro levantamento dos acordos sindicais para enfrentamento da pandemia da Covid 19. O trabalho tem sido realizado de forma sistemática pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), buscando identificar os principais temas abordados nessas negociações, e destacar algumas iniciativas que procuram preservar a saúde dos trabalhadores e reduzir os danos causados ao emprego e à renda.

Como fonte de informações foram utilizados instrumentos coletivos divulgados por entidades sindicais representativas de trabalhadores, além de documentos reunidos pelos Escritórios Regionais e Subseções do DIEESE. Também foram consultados jornais da grande imprensa. Os dados referem-se a negociações de diversas categorias de trabalhadores: comerciários, metalúrgicos, químicos, bancários, condutores, entre outras.

Até o momento, é possível destacar alguns dos temas recorrentemente tratados nos instrumentos analisados:

- Regras sanitárias nos locais de trabalho
- Licenças remuneradas;
- Férias individuais ou coletivas

- Suspensão temporária do contrato de trabalho via regime de *layoff*¹;
- Suspensão temporária do contrato de trabalho²
- Redução de jornada de trabalho e de salários;
- Licenças não remuneradas.

Foram observados ainda diversos acordos que preveem a aplicação concomitante e/ou escalonada de várias dessas medidas.

Entre as **iniciativas adotadas** visando à **preservação da saúde, do emprego e da renda dos trabalhadores**, destacam-se algumas das condições efetivamente negociadas:

- ✓ Implantação de medidas de prevenção e higiene para combater a propagação da Covid 19 no ambiente de trabalho e fornecimento de EPIs;
- ✓ Afastamento imediato de funcionários do grupo de risco das atividades laborais presenciais;
- ✓ Concessão de férias coletivas, sem prejuízo do pagamento integral dos salários;
- ✓ Licenças remuneradas, com pagamento de salários escalonados por faixa e garantia do pagamento de piso mínimo;
- ✓ Garantia de estabilidade temporária aos trabalhadores;
- ✓ Manutenção do pagamento de todos os benefícios;
- ✓ Antecipação do 13º salário;
- ✓ Aprovação prévia, pelo voto dos trabalhadores e/ou avaliação do Sindicato, de medidas aplicadas por empresas.

Vale destacar que, em tempos de trabalho remoto, as entidades sindicais estão adotando **novas estratégias de comunicação com a base**. Em diversas fontes consultadas, foram mencionadas **assembleias virtuais** para consulta sobre as propostas

¹ O regime de *layoff* possui base no Artigo 476-A da CLT, que dispõe sobre a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho por dois a cinco meses, período no qual os empregados participarão de cursos de qualificação profissional oferecidos pelo empregador e poderão receber ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, com valor definido em convenção ou acordo coletivo.

² Há também outras modalidades de suspensão dos contratos, que não são do tipo *layoff*. Mais recentemente, a MP 936/2020, a qual será tratada mais a frente, autorizou as empresas a estabelecer redução de jornada e salários e suspensão dos contratos, por acordo individual ou negociação coletiva, com prazo máximo de dois meses. Nesse período, o trabalhador recebe um benefício mensal, cujo valor depende do porte da empresa.

patronais apresentadas, recurso que possibilita votação – anônima ou não - em página da internet.

A partir da página 6 deste levantamento, são relacionados os acordos consultados, com especificação da abrangência territorial e das categorias contempladas e outras informações detalhadas sobre os termos estabelecidos.

Importante lembrar que, em 02/04/2020, o governo de Jair Bolsonaro editou a **Medida Provisória (MP) nº 936**, que **autoriza as empresas a reduzirem temporariamente a jornada de trabalho e os salários, na mesma proporção, e a suspenderem os contratos de trabalho**, em troca de um benefício pago pelo governo, garantia de emprego pelo dobro do tempo em que durarem as medidas, e uma possível ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, a ser paga pela empresa.

A redução da jornada de trabalho e dos salários pode ser estabelecida mediante acordo individual escrito ou negociação coletiva, deve ter duração máxima de 90 dias e equivaler a 25%, 50% ou 70% dos salários.

Também a suspensão do contrato de trabalho – cuja duração é limitada a até dois meses ou a dois períodos de 30 dias cada – pode ser estipulada por acordo individual ou negociação coletiva. Se adotada a suspensão do contrato, o trabalhador fará jus ao recebimento de benefício mensal cujo valor dependerá do tamanho da empresa. Além do benefício, as empresas que não estão no Simples Nacional têm que pagar 30% do salário.

Uma das faces mais prejudiciais da MP refere-se à **redução salarial e à suspensão do contrato via acordo individual** entre patrão e empregado, **em desrespeito ao artigo 7º da Constituição Federal, que impede a redução salarial, exceto quando estabelecida em convenção ou acordo coletivo.**

Na MP 936, a negociação coletiva é exigida apenas para casos de trabalhadores que tenham salários superiores a R\$ 3.135,00 (3 salários mínimos), excluídos os que tiverem formação universitária e receberem acima de R\$ 12.202,00 (2 tetos do INSS).

Sobre essa controvérsia, em 06/04/2020, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que **os acordos individuais de redução de salário ou de suspensão de contrato de trabalho previstos na MP 936 somente terão efeito se validados por sindicatos de trabalhadores. O sindicato deve ser comunicado em até 10 dias sobre os acordos individuais** entre empresas e

empregados, “**para que este, querendo, deflagre a negociação coletiva**, importando sua inércia como anuência ao acordado entre as partes”.

Assim, os trabalhadores terão **direito à negociação coletiva para assegurar condições menos prejudiciais do que as dispostas na MP 936, no sentido de ampliar a garantia de emprego e a reposição dos rendimentos recebidos.**

Este levantamento tem como objetivo divulgar informações sobre o panorama e os resultados de negociações com o intuito de subsidiar os sindicatos laborais, destacando algumas iniciativas que reduzem os impactos negativos da atual crise sobre os trabalhadores e que podem servir de referência para as negociações neste difícil momento.

COMERCIÁRIOS

Estado	Abrangência	Acordos / negociações setoriais	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
MT	Rondonópolis	Sindicatos negociaram concessão de férias individuais, independentemente do cumprimento de períodos aquisitivos, dispensando o comunicado de férias. Férias coletivas também poderão ser concedidas. Empresas adotarão medidas protetivas à propagação do coronavírus, relativas à prevenção e higiene.	CCT	24/03/2020	https://www.tribunamt.com.br/2020/03/24/apos-medidas-drasticas-sindicatos-definem-regras-trabalhistas-para-quarentena/
PA	Estado	Acordo com possibilidade de licença de empregados mediante inscrição em curso remoto e pagamento de 60% do salário; limite de horário de funcionamento das lojas.			Escritório Regional DIEESE
MG	Barbacena	Interrupção do trabalho e concessão de férias até 23/04, sem prejuízo de pagamento integral dos salários. Caso haja normalização antes do período previsto, as empresas poderão voltar a utilizar o trabalho dos funcionários, com aviso prévio. Poderá ser estabelecido banco de horas, a cumprir até 31/12. Poderá ocorrer redução de jornada e salário em até 25%.	CCT	30/03/2020	SEC-Barbacena
SP	São Paulo	Ampliação do banco de horas, concessão de férias e adaptação ao trabalho remoto (home office). Empregadores se comprometem a continuar remunerando seus funcionários no período de quarentena, ficando esses dias como crédito a ser compensado no período de 12 meses.	CCT (Aditivo)	06/04/2020	Subseção DIEESE Comerciários SP
SP	Mogi das Cruzes	Redução de jornada e salários, até o limite de 25%; Redução na jornada com a manutenção do salário integral, mas gerando banco de horas a serem cumpridas posteriormente; Licença remunerada, férias coletivas ou home office; ou suspensão do contrato de trabalho		19/03/2020	https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/03/19/sincomercio-e-sindicato-dos-empregados-fazem-acordo-em-meio-a-crise-do-coronavirus.ghtml

CONSTRUÇÃO

Estado	Abrangência	Acordos / negociações setoriais	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
MS	Campo Grande	Sintracom-CG negociou a paralisação das obras em todo o estado. O termo aditivo à CCT vale por seis meses (prorrogável até dois anos) e dispõe sobre férias coletivas a partir de 23/03.	CCT (Aditivo)	23/03/2020	Sintracom-CG
RJ	Rio de Janeiro	Poderá ocorrer rodízio para redução de jornadas e salários - limitada a 25%. Na interrupção eventual do trabalho nas empresas, o trabalhador terá direito a receber 50% dos dias não trabalhados - valor considerado como banco de horas ou descontado nas férias ou décimo terceiro Empresas devem alterar o início e o fim da jornada para evitar que empregados usem o transporte coletivo em horário de pico. Empresas devem colocar funcionários com mais de 60 anos ou do grupo de risco em sistema de home office ou liberá-los para férias remuneradas. Empresas devem buscar, se possível, conceder férias coletivas.		02/04/2020	Sintraconstr-Rio

BANCÁRIOS

Estado	Abrangência	Acordos setoriais e/ou por empresa	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
SP		Banco Central: reduziu o horário de atendimento ao público pelos bancos Itaú: antecipará o pagamento do 13º salário integralmente aos funcionários até final de abril Itaú e Santander não demitirão trabalhadores enquanto a pandemia ocorrer CEF: autorização para que 70% dos empregados das agências trabalhem em <i>home office</i>		25/03/2020	Sindicato dos Bancários SP

METALÚRGICOS

Estado	Abrangência	Acordos setoriais e/ou por empresa	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
PE		Montadoras: JEEP, Renault, Nissan, Toyota, Mercedes, Scania, GM, Volks, Peugeot Parada técnica de 22 a 27/03. Férias coletivas de 30/03 a 20/04.	ACT	31/03/2020	Subseção DIEESE CNM

PR	Curitiba	<p>Volvo: acordo de paralisação da produção por 4 semanas, de 27/03 a 27/04.</p> <p>Volks: maior parte dos trabalhadores foi liberada do trabalho a partir de 23/03, até o final das férias coletivas. Previsão de paralisação da produção em 31/03.</p> <p>Renault: produção paralisada a partir de 23/03, com paralisação total da empresa prevista para 01/04.</p> <p>Bosch: banco de horas e férias coletivas para todos os trabalhadores entre 30/03 e 27/04.</p> <p>CNH: layoff com redução da jornada e salários para os trabalhadores do administrativo (por no máximo 3 meses) e suspensão do contrato de trabalho por 30 dias (prorrogáveis por +30 dias) de cerca de 70% dos trabalhadores da produção. Em ambos os casos, garantido 100% do salário para quem ganha até R\$ 9.000,00; e 90% do salário líquido para quem ganha acima de R\$ 9.000,00.</p> <p>Garantia de emprego até o fim do acordo e pelo mesmo período após o término do acordo.</p>		09/04/2020	Escritório Regional DIEESE; Simec
RS	Federação (FTM/RS)	<p>CCT Extraordinária, com vigência até 30/04.</p> <p>Itens: licença remunerada (inferior a 30 dias); home office; férias coletivas (parciais ou totais); compensação de jornada e banco de horas; e redução de jornada, com redução de salário. A redução salarial só deverá ser utilizada depois de esgotadas as medidas anteriores.</p>	CCT		Escritório Regional DIEESE; FTM-RS
RS	Gravataí	<p>GM: suspensão temporária do contrato de trabalho (layoff), a partir de 13/04. Duração de até 4 meses. Pagamento de 75% a 95% do salário líquido, de acordo com faixas salariais.</p> <p>Proposta aprovada em assembleia virtual.</p>		02/04/2020	Simgra
SC	Joinville	GM: layoff aprovado em assembleia virtual		02/04/2020	Sindicato
SC	Blumenau e Gaspar	<p>Acordo com possibilidade de redução da jornada e dos salários, nos termos da legislação e respeitado o valor do SM; férias individuais ou coletivas e/ou banco de horas para reposição do tempo parado em até dois anos; estabelecimento de regras para funcionários em regime de home office.</p> <p>As medidas devem ser estabelecidas mediante abaixo-assinado e votação com aprovação de pelo menos 50% dos participantes</p> <p>Duração das medidas: até um ano</p>	CCT Emergencial	02/04/2020	Simetal-Blumenau
SP	Guarulhos	Empresa com aproximadamente 700 trabalhadores iniciou os trabalhos em home office, garantindo remuneração.		03/04/2020	Subseção DIEESE Metalúrgicos Guarulhos
SP	São Paulo	A Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos elaboraram ofício a ser enviado pelos Sindicatos filiados para empresas da base, alertando sobre a MP 936 e a necessidade de negociação coletiva.		03/04/2020	Subseção DIEESE Metalúrgicos Guarulhos

SP	ABC	<p>Scania, Volks e Mercedes com férias coletivas desde 23/03, voltando em 13/04, 30/04 e 02/05 respectivamente. Mercedes com ACT e garantia de emprego. GM e Renault com férias coletivas 25/05. Toyota: proposta de layoff aprovada em assembleia virtual. Acordo prevê que trabalhadores com remuneração mensal de até R\$ 3.115 não terão redução salarial. Para quem ganha até R\$ 7.000, a redução será de 5%. Para quem ganha entre R\$ 7.000,01 e R\$ 9.000, desconto será de 10%. Nas demais faixas salariais acima, o desconto é progressivo, podendo chegar até 25%.</p>	ACT	12/04/2020	Sindicato e Subseção DIEESE Metalúrgicos ABC
SP	Sorocaba	<p>Toyota: proposta de layoff aprovada em assembleia virtual. Acordo prevê que trabalhadores com remuneração mensal de até R\$ 3.115 não terão redução salarial. Para quem ganha até R\$ 7.000, a redução será de 5%. Para quem ganha entre R\$ 7.000,01 e R\$ 9.000, desconto será de 10%. Nas demais faixas salariais acima, o desconto é progressivo, podendo chegar até 25%.</p>		12/04/2020	Subseção DIEESE Sindicato dos Metalúrgicos Sorocaba
SP	São José dos Campos e região	<p>GM: proposta aprovada em assembleia virtual – suspensão de contratos com redução salarial com início em 13/04, por faixas de salário líquido recebido: Até R\$ 2.090,00 – 95%; R\$ 2.090,01 a R\$ 5.000 – 90%; R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000 - 85%; R\$ 10.000,01 – R\$ 20.000 – 80%; Acima de R\$ 20.000 – 75%. Garantia de emprego durante a suspensão do contrato de trabalho. Ao final, poderá ser adotado regime de layoff por 90 dias.</p> <p>Embraer: proposta será votada em assembleia virtual entre 14 e 16/04. Prevê layoff, com redução dos salários conforme a faixa salarial: - 82,5% do salário líquido para salário bruto até R\$ 3.000,00; 75% do salário líquido para quem recebe entre R\$ 3.000,01 e R\$ 5.000,00; 67,5% do salário líquido de R\$ 5.000,01 e R\$ 12.000,00; 63,75% do salário líquido para vencimentos acima de R\$ 12.000,01. Estabilidade no emprego por quatro meses.</p> <p>Caoa Chery: Sindicato promoveu greve em protesto ao anúncio de demissão de 70. A montadora voltou atrás na decisão. Funcionários da produção ficarão em layoff sem data prevista para término, com estabilidade garantida até 30/08. Continuarão recebendo seus salários integralmente. Para os trabalhadores do administrativo, votarão em 16/04 proposta de redução de jornada e salários em assembleia virtual.</p>		14/04/2020	Sindmetal-SJC
SP	Taubaté	<p>Volks e Ford estão com as atividades paralisadas desde o dia 23, utilizando os mecanismos de banco de horas e férias coletivas. LG Electronics e Usiminas definiram que 70% dos trabalhadores terão férias coletivas.</p>		26/03/2020	Sindimetau

QUÍMICOS

Estado	Abrangência	Acordos setoriais e/ou por empresa	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
SP	Estado (base Fequimfar)	Banco de horas para compensação (Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Sorocaba etc.) / Adiantamento das férias (falta de matéria-prima - Santos) Divisão/aumento de turnos dos trabalhadores da produção para evitar aglomerações (Raízen - Bauru, Marília) / horários de almoço intercalados (Lorena) e distanciamento das mesas dos refeitórios Redução da jornada com redução de salários (Brinquedos Bandeirantes) / Layoff (Itatiba) Licença Remunerada (Jaguariúna/ Elka Brinquedos) / Redução da jornada sem redução de salários		02/04/2020	Subseção DIEESE Fequimfar
SP	Estado (base Fetquim)	Orientação aos sindicatos filiados - nota entre Federações dos Trabalhadores e Sindicatos Patronais (CEAG-10) com recomendações sobre medidas de enfrentamento diante da pandemia, incentivando home office, férias coletivas, licenças, programa de compensação de horário, horário flexível, elasticidade de intervalos, medidas específicas para pessoas com grau de risco acentuado, dentre outras. Orientação aos trabalhadores para a não assinatura de acordos individuais		08/04/2020	Subseção DIEESE CNQ/Fetquim
SP	ABC - Polo Petroquímico Mauá	Negociação de alteração de turno de revezamento entre Sindicato dos Químicos do ABC e empresas localizadas no Polo Petroquímico em vista de diminuição da circulação de trabalhadores: Oxiteno, Cabot e Braskem	ACT Provisório	30/03/2020	Sindicato dos Químicos do ABC Subseção DIEESE CNQ/Fetquim
NACIONAL	Nacional	Petroquímica Braskem e os sindicatos representativos (Químicos do ABC, Sindiquímica BA, Sindiquímica Duque de Caxias RJ e Sindipolo RS) adotaram medidas excepcionais para minimizar a circulação de trabalhadores até os estabelecimentos e a permanência nas unidades. Alteração provisória do regime de horário de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Trabalhadores continuarão submetidos a uma jornada de 8 horas, todavia em um ciclo total de trabalho de 28 dias, incluindo a concessão de 7 dias de folga no curso deste ciclo, de forma que a alternância ocorra com o acionamento de 4 turmas de trabalho. Vigência de 70 dias.	ACT Provisório	23/03/2020	Rede Sindical de Trabalhadores Braskem Subseção DIEESE CNQ/Fetquim

SAÚDE						
Estado	Categoria	Abrangência	Acordos / negociações setoriais	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
AL	Enfermeiros	Arapiraca	TRT-AL estabeleceu acordo entre o Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas e o município, para adotar medidas destinadas a proteger os profissionais. Município deve criar imediatamente, em cinco dias, um rodízio com os profissionais de enfermagem, enquanto durar a pandemia da Covid 19.		09/04/2020	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/04/09/justica-do-trabalho-estabelece-acordo-entre-arapiraca-e-o-sindicato-dos-enfermeiros-de-alagoas.ghtml
SP	Servidores Estaduais da Saúde	Estado	Sindsaúde-SP entrou com ação coletiva para liberar trabalhadores dos grupos de risco para o home office. 27/03: conseguiram liminar na Justiça do Trabalho para trabalhadores CLT (HC USP e IAMSPE, que são administração indireta, e trabalhadores CLT da administração direta), mas foi suspensa. No caso dos estatutários, em 26/03, a Justiça negou o pedido, mas deu 24 horas para o governo negociar outras alternativas com o sindicato. Documento de orientação unificado da SES, Sindsaúde e Coren para os trabalhadores da administração direta e indireta.		08/04/2020	Subseção DIEESE SindSaúde-SP

SETOR HOTELEIRO E BARES, RESTAURANTES E LANCHONETES						
Estado	Categoria	Abrangência	Acordos / negociações setoriais	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
RJ	Hoteleiros	Rio de Janeiro	Termo aditivo, com vigência de 90 dias, que inclui parcelamento de rescisão em até 4 parcelas, exceto a multa de 40% do FGTS; férias poderão ser individuais ou coletivas sem aviso prévio; Redução de jornada de trabalho, com proporcional redução do salário, até o máximo de 25%; Redução de salários e suspensão de contratos (com redução de até 25% do salário); Paralisação e horas extras: as horas não trabalhadas por motivo de paralisação serão compensadas em forma de horas-extras futuras. Suspensão temporária do contrato de trabalho e colocação dos empregados em regime de licença não remunerada, desde que seja mantida a subsistência, com o valor de, no mínimo 50% do salário base, a título de abono-assistencial-emergencial.	CCT (Aditivo)		Sindicato Hoteleiro Rio

SP	Trab. Hotéis, Bares, Restaurantes, Lanchonetes	São Paulo	Redução de salário (até 25%) e de jornada; Concessão de férias coletivas; Suspensão dos contratos de trabalho; Rescisão do contrato, no caso de não ser possível a redução ou suspensão. Prazo das medidas: até 4 meses	CCT (Aditivo)	19/03/2020	Sinthoresp
----	--	-----------	---	------------------	------------	------------

TELEATENDIMENTO

Estado	Abrangência	Acordos / negociações setoriais	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
BA		Retirada de 30% dos trabalhadores do ambiente físico, a partir de 23/03, por 15 dias Afastamento imediato dos funcionários do grupo de risco; Disponibilização de álcool em gel e recomendação para distribuição de máscaras para os trabalhadores.		03/04/2020	Escritório Regional DIEESE; Sinttel

TRANSPORTES E ARMAZENAGEM

Estado	Categoria	Abrangência	Acordos / negociações setoriais ou por empresa	Consta em ACT/CCT?	Data informação	Fonte
BA	Condutores	Salvador	Acordo com o consórcio de empresas de ônibus garantindo empregos durante o período de redução da frota. Esquema de revezamento dos trabalhadores: trabalho e receberão por apenas 10 dias de trabalho. Haverá manutenção do tíquete alimentação no período do acordo.		25/03/2020	Escritório Regional DIEESE
SP	Condutores	Sorocaba e região	Acordo no qual podem circular na frota apenas pessoas que trabalham em supermercados e farmácias, vigilantes bancários e funcionários da CPFL		30/03/2020	https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/03/30/apos-acordo-trabalhadores-de-servicos-essenciais-passam-a-usar-transporte-publico-em-sorocaba.ghtml
SP	Condutores	São Paulo	A partir de 23/03, todos os trabalhadores acima de 60 anos foram dispensados de comparecer ao trabalho; A partir de 24/04, apenas 30% da frota circulando. Trabalhadores receberão salários e benefícios integralmente. Trabalhadores afastados terão 50% dos salários líquidos - sem qualquer desconto -, cesta básica, convênio médico e 50% do valor do VR.			Sindicato Motoristas SP

SP	Metroviários	São Paulo	Por força de liminar em ação junto ao TRT, garantiu-se afastamento de todos dos trabalhadores que são enquadrados no grupo de risco, com direitos garantidos do contrato de trabalho. Determinado o fornecimento de EPIs para todos os trabalhadores, inclusive terceirizados. Em 08/04, a liminar suspensa pela presidenta do TST.		08/04/2020	Sindicato Metroviários SP
BA	Correios		A 39ª Vara do Trabalho de Salvador ordenou, em 20/03, que os Correios implementem diversas medidas de proteção aos trabalhadores diante da pandemia do novo coronavírus. O Sincotel-BA havia ajuizado ação civil pública a respeito do tema.		24/03/2020	https://www.conjur.com.br/2020-mar-24/justica-ordena-correios-protejam-trabalhadores-coronavirus
SP	Aeroviários	Guarulhos	American Airlines: proposta de férias imediatas para quem já tem o direito adquirido e licença não remunerada com indenização de 50% do salário mensal bruto, garantindo os benefícios médicos e odontológicos e o vale alimentação. Aprovada em assembleia virtual. Latam: proposta de redução de jornada e salários aprovada em assembleia virtual		06/04/2020	Sindigru
NACIONAL	Aeroviários	Nacional	Latam Airlines: licença não remunerada de, pelo menos, 15 dias por mês, entre 01/04 a 30/06, podendo ser prorrogada até 30/09 ou antecipada, sem necessidade de autorização do sindicato ou da categoria. Os dias serão escolhidos pela Latam. Funcionários receberão o pagamento apenas do salário base integral, com descontos de acordo com faixa salarial e dias trabalhados. Todos os benefícios garantidos. Ninguém poderá ser demitido durante o período da licença, exceto por justa causa.	ACT		SNA
NACIONAL	Aeronautas	Nacional	Latam Airlines: acordo com vigência de abril a junho de 2020; Mínimo de 20 folgas regulamentares mensais, não necessariamente em dias corridos; A partir do pagamento de maio, a remuneração fixa (salário + gratificações), será reduzida em 50%; Em qualquer caso, fica assegurada a remuneração fixa de, no mínimo, R\$ 2.000,00; Permanecem inalterados os critérios de apuração, remuneração e pagamento da remuneração variável; Garantia de emprego para todos os tripulantes durante a vigência do acordo. GOL: acordo com vigência entre abril e junho de 2020; Folgas com redução de jornada e proporcional redução de remuneração fixa, progressivamente, conforme critérios Em qualquer caso, fica assegurada a remuneração mínima de R\$ 2.600,00; Garantia de emprego para todos os tripulantes durante a vigência do acordo.	ACT	02/04/2020	SNA

VESTUÁRIO

Estado	Abrangência	Acordos / negociações setoriais	Consta em ACT/CCT	Data informação	Fonte
SP	Sorocaba e região	Férias coletivas nas confecções Emphasis (Votorantim), Alcalde e MC Confecções (Sorocaba), com retorno em 22/04		26/03/2020	CUT-SP

Elaboração: DIEESE

Obs.: Informações sujeitas a revisão

Última atualização: 14/04/2020



Rua Aurora, 957 – 1º andar
 CEP 05001-900 São Paulo, SP
 Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
 E-mail: en@dieese.org.br
 www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Camila Ikuta

Victor Pagani

Revisão técnica

Vera Gebrim

Carlindo Rodrigues de Oliveira